

BANCO SEMEAR S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua, diretamente, no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal (EP), por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base por meio de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua majoritariamente com empresas de médio e pequeno porte em financiamentos de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Banco oferece, também, o Negócio Câmbio atuando com empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

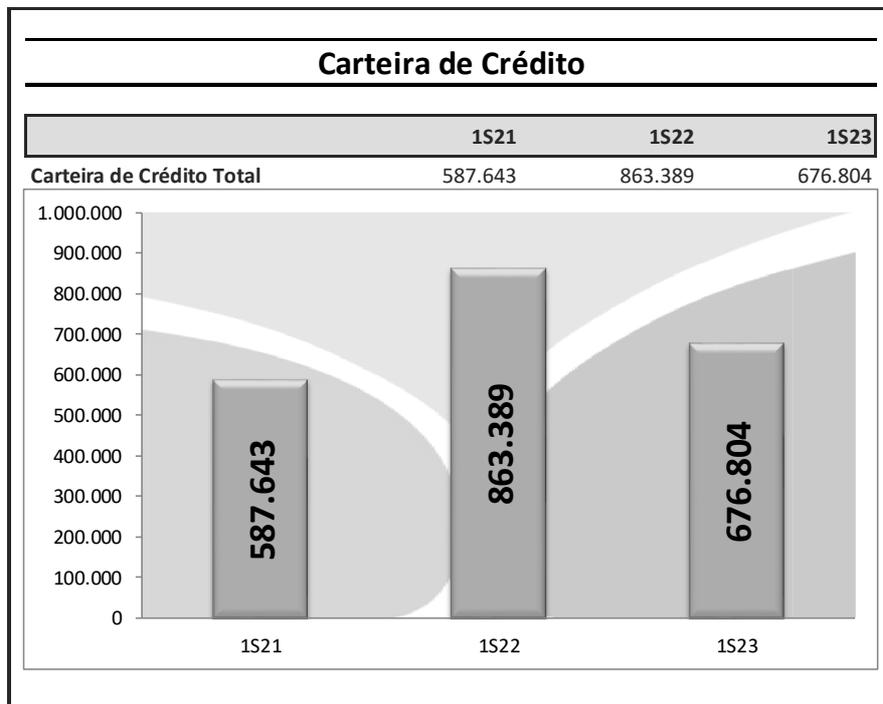
O primeiro semestre de 2023 foi extremamente desafiante pela deterioração do crédito para o nosso perfil de cliente. A pressão inflacionária catalisada por dois anos de pandemia, aliada a guerra deflagrada entre a Rússia e a Ucrânia, retirou a capacidade de pagamento de nossos clientes. Toda a nossa modelagem de crédito e estratégia de concessão teve que ser modificada, priorizando a recuperação de ativos e a busca por um perfil mais qualificado para uso do crédito. Além disso expandimos a carteira do Negócio Empresa, aproveitando a crescente necessidade do segmento atendido.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Desempenho Operacional

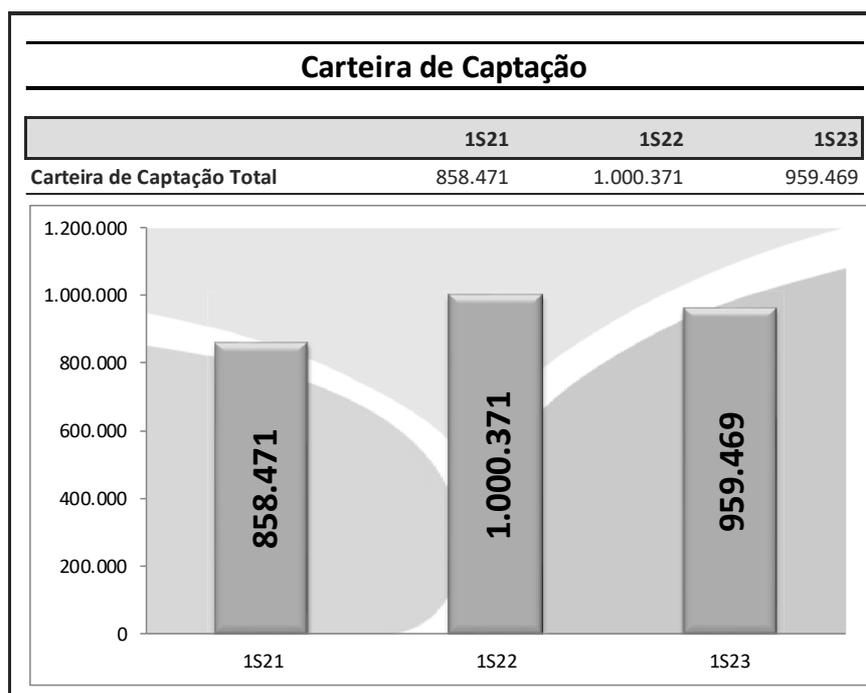
Carteira de crédito:

A carteira de crédito Pessoa Física representa 51,6% da carteira total, e a carteira varejo 47,8%, sendo que o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) representa 39,4% e o Empréstimo Pessoal (EP) 8,4%. A carteira de crédito Pessoa Jurídica representa 48,4% do total e é composta por Capital de Giro e Antecipação de Recebíveis, sendo o primeiro o principal produto da carteira, representando 42,4%. A carteira imobiliária fechou o ano representando 4,0% da carteira de crédito total do banco.



Captações

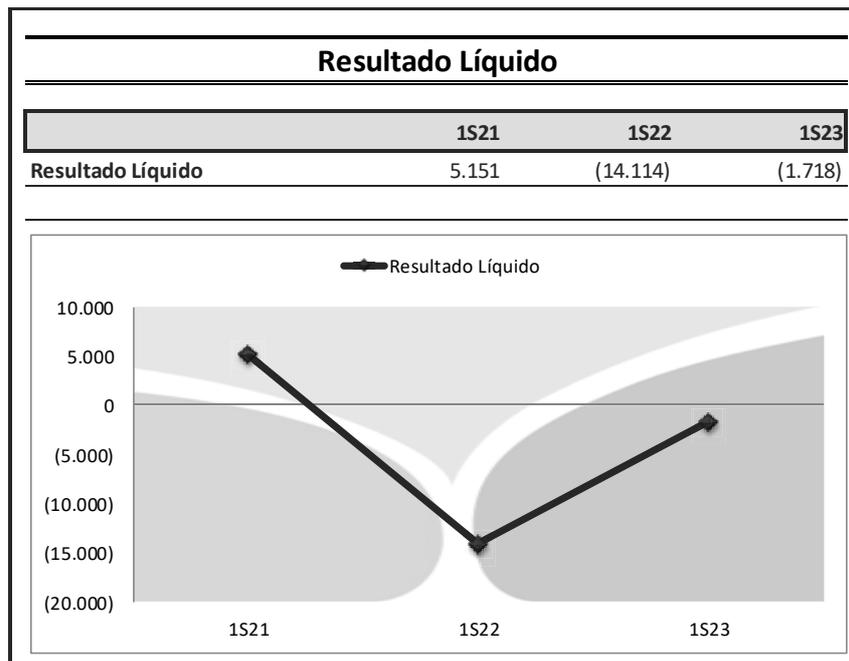
Nas captações, o Banco teve uma redução em relação ao semestre anterior. A carteira de captação totalizou R\$ 959,5 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.



Desempenho Econômico-Financeiro

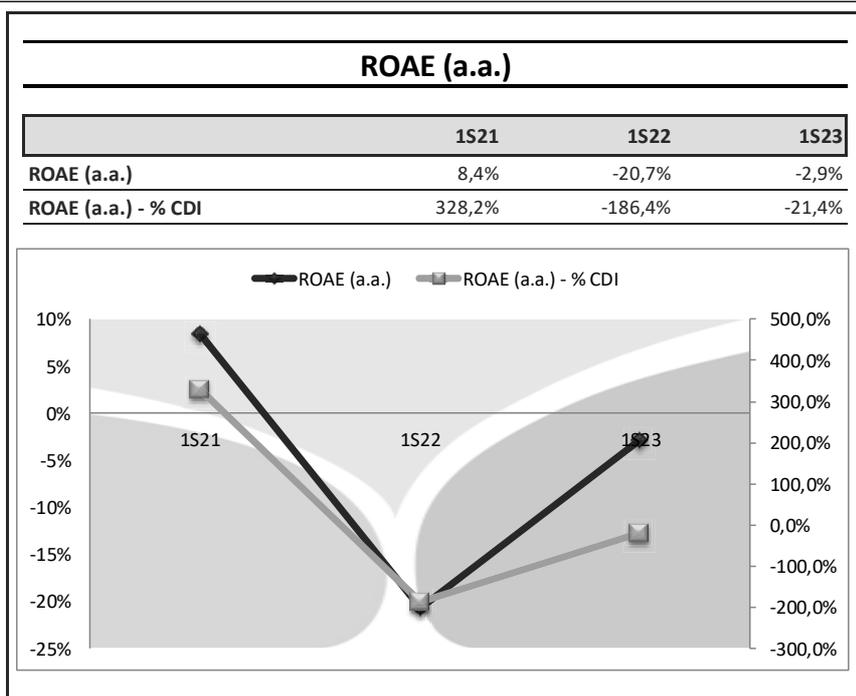
Resultado Líquido

O Banco Semear fechou o primeiro semestre do ano de 2023 apresentando um resultado contábil negativo no montante de R\$ 1,7 milhão.



Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 2,9% a.a. negativo.



Resultado bruto de intermediação financeira

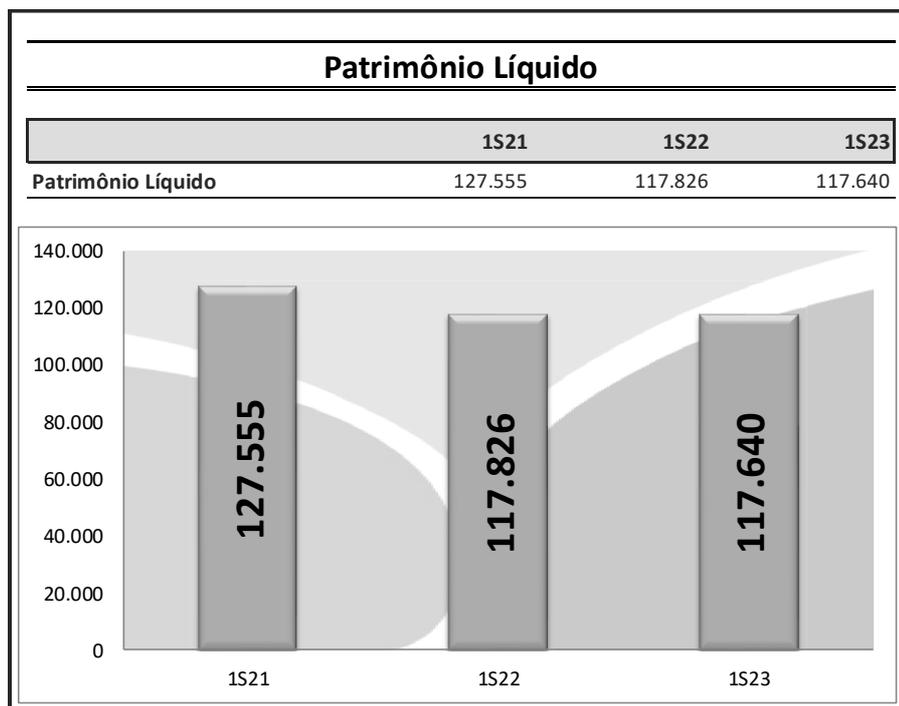
O resultado de intermediação financeira, antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o primeiro semestre de 2023 em R\$ 66,6 milhões, representando uma redução de R\$ 32,6 milhões em relação ao mesmo semestre do ano anterior.

O resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o primeiro semestre de 2023 em R\$ 41,5 milhões, representando uma redução de R\$45,2 milhões em relação ao mesmo semestre do ano anterior.

Desempenho Patrimonial

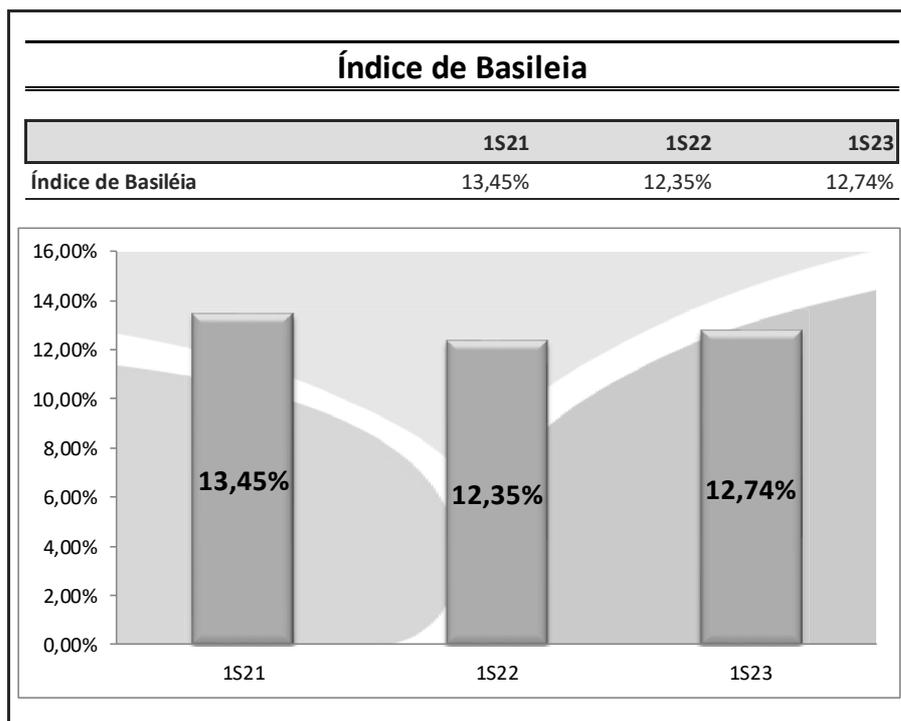
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o primeiro semestre de 2023 em R\$ 117,6 milhões, contra um montante de R\$117,8 milhões no mesmo semestre do ano anterior.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do primeiro semestre de 2023 foi de 12,74%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimentos

Apesar do cenário de mercado marcado por uma alta inadimplência e um crescimento limitado, juntamente com os efeitos adversos da economia caracterizados pela alta inflação, os resultados alcançados, sobretudo no segundo semestre de 2023 - culminando em um prejuízo de R\$ 1,7 milhão contra um prejuízo de R\$ 14,1 milhões no mesmo período do ano anterior - refletem a administração assertiva e eficiente das nossas operações. Esta gestão se traduz em uma busca constante por novas soluções em prol dos nossos clientes, na mitigação de riscos e na diversificação das nossas atividades comerciais. Dessa forma, vislumbramos uma perspectiva promissora para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2023/109

Aos

Administradores e aos Acionistas do

Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Semear S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Semear S.A.** em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao **Banco Semear S.A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

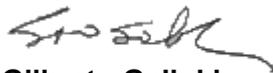
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos

que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.

 **bakertilly**

Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de junho 2023 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas		
	explicativas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		915.892	932.682
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.964	98.463
Instrumentos financeiros		884.899	832.194
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	135.521	-
Títulos e valores mobiliários	6	117.574	124.949
Relações interfinanceiras	7	50.162	114.240
Pagamento e recebimentos a liquidar		1.534	-
Depósitos no Banco Central		48.615	114.216
Correspondentes		13	24
Carteiras de crédito	8	551.208	583.703
Operação de crédito		573.266	641.249
Outros créditos com característica de concessão de créditos		49.231	48.169
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(71.289)	(105.715)
Outros ativos	9	30.434	9.302
Rendas a receber		224	49
Diversos		30.487	9.640
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(277)	(387)
Outros ativos	11	3.029	2.025
Outros valores e bens		1.395	435
Despesas antecipadas		1.634	1.590
Não circulante		225.457	274.323
Instrumentos financeiros		74.369	108.480
Carteiras de crédito	8	53.283	74.868
Operação de crédito		38.710	54.684
Outros créditos com característica de concessão de créditos		15.597	27.560
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.024)	(7.376)
Outros ativos	9	21.086	33.612
Rendas a receber		-	102
Diversos		24.045	36.295
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.959)	(2.785)
Créditos tributários	10	93.578	105.867
Investimentos	12	2.504	2.242
Imobilizado de uso	13	646	743
Outras imobilizações de uso		2.565	2.521
(-) Depreciação acumulada		(1.919)	(1.778)
Intangível	14	367	456
Ativos intangíveis		3.165	3.165
(-) Amortização acumulada		(2.798)	(2.709)
Outros ativos	11	53.993	56.535
Outros valores e bens		46.993	48.074
(-) Provisão para desvalorizações		(734)	(810)
Despesas antecipadas		7.734	9.271
Total do ativo		1.141.349	1.207.005

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de junho 2023 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas explicativas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		214.330	243.377
Passivos financeiros		214.330	243.377
Depósitos	15	171.065	210.897
Depósitos à vista		22.079	29.385
Depósitos a prazo		148.986	181.512
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	5.769	3.246
Relações interfinanceiras		260	1
Outros passivos	18	37.236	29.233
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		424	422
Obrigações sociais e estatutárias		51	-
Fiscais e previdenciárias		1.645	2.496
Carteira de Câmbio		752	22
Diversas		34.364	26.293
Não circulante		809.379	844.270
Passivos financeiros		783.764	816.600
Depósitos	15	775.796	804.216
Depósitos a prazo		775.796	804.216
Recursos de aceite e emissão de títulos	16	2.777	3.219
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	17	4.062	4.060
Outros passivos	18	1.129	5.105
Fiscais e previdenciárias		228	221
Diversas		901	4.884
Provisões	19	25.615	27.670
Patrimônio líquido	20	117.640	119.358
Capital social		113.068	113.068
De domiciliados no país		113.068	112.236
Aumento de capital		-	832
Reserva legal		3.808	3.808
Reserva de retenção de lucros		764	2.482
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.141.349	1.207.005

Banco Semear S.A.

Demonstração de resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	30/06/2023	30/06/2022
Receitas de intermediação financeira		134.625	155.912
Operações de crédito	8g	105.139	138.616
Outros créditos com característica de concessão de créditos	8g	7.513	5.753
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	13.781	4.382
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	7.576	6.284
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	6c	360	(81)
Resultado com operações de câmbio		256	958
Despesas de intermediação financeira		(68.006)	(56.732)
Operações de captação no mercado	15	(68.006)	(56.732)
Resultado bruto da intermediação financeira		66.619	99.180
Resultado de provisões para perdas		(41.535)	(86.740)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8c	(41.535)	(86.740)
Outras receitas (despesas) operacionais		(24.410)	(39.242)
Receitas de prestação de serviços	21	1.057	1.028
Rendas de tarifas bancárias	21	2.357	1.705
Despesas de pessoal	22	(8.259)	(9.805)
Outras despesas administrativas	23	(29.805)	(28.045)
Despesas tributárias	24	(6.196)	(7.517)
Resultado de participações em coligadas e controladas		(1)	(10)
Outras receitas operacionais	25	23.280	9.663
Outras despesas operacionais	26	(6.843)	(6.261)
Resultado operacional		674	(26.802)
Resultado não operacional		(49)	238
Outras receitas		277	3.471
Outras despesas		(326)	(3.233)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		625	(26.564)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(2.343)	12.450
Imposto de renda	27	5.457	(5.125)
Contribuição social	27	4.346	(2.922)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	10 e 27	(12.146)	20.497
Resultado do semestre		(1.718)	(14.114)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Semestres findo em	
	30/06/2023	30/06/2022
Resultado dos semestres	(1.718)	(14.114)
Outros resultados abrangentes do semestres	-	-
Total do resultado abrangente dos semestres	<u>(1.718)</u>	<u>(14.114)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucro		Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
	Capital social- Subscrito	Aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	106.711	5.525	3.808	19.396	-	135.440
Integralização do capital	5.525	(5.525)	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	(14.114)	(14.114)
Dividendos - pagos	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	(14.114)	14.114	-
Saldos em junho de 2022	112.236	-	3.808	1.782	-	117.826
Mutações do período	5.525	(5.525)	-	(17.614)	-	(17.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.236	832	3.808	2.482	-	119.358
Integralização do capital	832	(832)	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	(1.718)	(1.718)
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	(1.718)	1.718	-
Saldos em junho de 2023	113.068	-	3.808	764	-	117.640
Mutações do período	832	(832)	-	(1.718)	-	(1.718)

Banco Semear S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto) dos semestres findos

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Resultados dos períodos	(1.718)	(14.114)
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Ajuste em investimento de coligada e controlada	1	10
Depreciação	141	146
Amortização	89	85
Resultado na baixa ativo imobilizado	(19)	7
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	40.799	82.572
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de conc	736	4.168
Impostos e contribuições s/ ativos diferidos	12.173	(20.627)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	117	227
Provisões diversas	(2.276)	-
Provisão para pagamentos a efetuar	(688)	(243)
Provisão para passivos contingentes	733	(549)
Provisão para impostos e contribuições s/passivos diferidos	6	130
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.803)	8.047
	<u>42.009</u>	<u>73.973</u>
Resultados dos períodos ajustados	40.291	59.859
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(135.521)	-
Títulos e valores mobiliários	7.375	(6.283)
Operações de crédito	4.827	(51.549)
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7.720	(21.366)
Outros ativos	(8.606)	(12.961)
Outros valores e bens	3.697	3.325
Crédito tributário	116	-
Relações interfinanceiras e interdependências	64.078	(2.328)
Impostos de renda e contribuição social pagos antecipadamente	-	6.358
	<u>(56.314)</u>	<u>(84.804)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	(68.252)	70.028
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.081	(7.631)
Captações no mercado aberto	-	9.997
Inst.de dívida elegível a capital	2	-
Relações interfinanceiras	259	481
Passivos contingentes	(2.789)	97
Outras obrigações	14.511	(5.219)
	<u>(54.188)</u>	<u>67.753</u>
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais	(70.211)	42.808
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições no Investimento	(263)	(1.402)
Aquisições no imobilizado de uso	(25)	(126)
Aquisições no intangível	-	(203)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	(288)	(1.731)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	-	(3.500)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	-	(3.500)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(70.499)	37.577
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	98.463	87.738
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	27.964	125.315
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(70.499)	37.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais de eletrodomésticos e insumos agropecuários.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação de recebíveis.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

Com base no planejamento da instituição, o Banco espera um crescimento nas operações de créditos mais rentáveis nos próximos períodos, alinhado às expectativas do cenário macroeconômico de melhoria do crédito, redução da taxa de juros e diminuição da inadimplência, o que afetará positivamente nossos clientes.

O Banco tem reforçado e aumentado os negócios com empresas, aproveitando as oportunidades já implementadas. Essas operações são de baixo risco, com garantias reais, respaldadas pelo histórico do banco. Essa estratégia resulta em um desempenho mais equilibrado e na redução da concentração no setor de varejo, o qual tem enfrentado aumento da inadimplência.

Com o intuito de ampliar a produção com pessoas físicas e reduzir o risco de inadimplência, o Banco tem frequentemente, ajustado sua política de crédito direcionada a esse segmento. Simultaneamente, o Banco tem se dedicado a revisar seus custos e adaptar sua estrutura à conjuntura atual.

Diante dessas iniciativas, antevemos resultados positivos e sustentáveis para os próximos períodos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).

- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo Intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo Imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- **Resolução nº 3.959/2019** - Resultado por Ação – (CPC 41)
- **Resolução nº 4.748/2019** - Mensuração do Valor Justo – (CPC 46).
- **Resolução nº 4.877/2020** - Benefícios a Empregados – (CPC 33 R1)
- **Resolução nº 120/2021** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa de Retificação de Erro – (CPC 23)
- **Resolução CMN nº 4.967/2021** - Propriedade para Investimento – (CPC 28)

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a aplicação destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4910/2021 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Semear. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma está em vigência desde 1º de janeiro de 2023. A Administração não observou impactos relevantes na implementação desta Instrução Normativa.

Promulgada em 16 de novembro 2022 a Lei nº 14.467, conversão na íntegra da MP nº 1.128/22, que estabelece novas regras de dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, onde destacamos as regras: i) aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias); e ii) as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre findo em 30 de junho de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 10** - Reconhecimento de créditos tributários diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 19** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de agosto de 2023.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 4.910/2021, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento. (veja Nota Explicativa nº 6).
- ii. Títulos disponíveis para venda** – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- iii. Títulos mantidos até o vencimento** – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Operações de crédito, provisão para perdas com operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela

Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também, são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 11).

Os ativos não financeiros mantidos para venda que foram recebidos em dação de pagamento devem ser avaliados pelo menor valor entre:

- a) o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução; e
- b) o valor justo do bem, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

h. Investimentos

As aquisições de participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo custo de aquisição, desdobrado em:

- a) valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos da investida na data-base da operação, calculado com base na proporção da participação adquirida no capital da investida sobre o valor do patrimônio líquido da investida ajustado naquela data; e
- b) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), se houver.

Os investimentos em empresas coligadas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos pela marcação a mercados.

i. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

j. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, reconhecido pelo seu custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear, observando a taxa anual de 20%.

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros estão representados principalmente pelos depósitos e captações no mercado aberto, são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 15).

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante, conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: **(a)** prováveis, para os quais são constituídas provisões; **(b)** possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e **(c)** remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.
- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa semelhantes e usuais, em geral, processos que envolvem relação de consumo com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, calculando-se o *ticket* médio, refletido o resultado na carteira atual. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o *ticket* médio e os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento, presumindo-se uma estimativa confiável.
- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco por ex-funcionários do próprio Banco, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados, para fins de contingenciamento, apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco, provável sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido

provisionamento, nos casos de risco provável.

- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorre de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 19).

m. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A Medida Provisória 1.115 de 28 de abril de 2022, estabeleceu que a alíquota da CSLL é de 21% até 31 de dezembro de 2022 para o banco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

n. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

p. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades		
Em moeda nacional	2.190	1.480
Em moeda estrangeira	<u>5.777</u>	<u>1.973</u>
Subtotal da disponibilidade	7.967	3.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	<u>19.997</u>	<u>95.010</u>
Total	<u>27.964</u>	<u>98.463</u>

5 A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	135.521	-
Total	135.521	-
Circulante	135.521	-

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	135.521	-
Total	135.521	-
Circulante	135.521	-

As aplicações interfinanceiras de liquidez, são referentes a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento. No caso do Banco, são referentes a aplicações de operações compromissadas, grupo de conta 1.2 do COSIF, que são revendidas no dia seguinte.

a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Posição bancada	3.149	4.378
Depósitos Interfinanceiros	6.479	4
Depósitos voluntários	<u>4.153</u>	-
Total	<u>13.781</u>	<u>4.382</u>

6 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a. Composição

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Carteira própria - Livres	112.197	119.830
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	112.197	119.830
Vinculados à prestação de garantias	5.377	5.119
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.377	5.119
Total	117.574	124.949
Circulante	117.574	124.949

b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos

	<u>30/06/2023</u>				
	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>De 5 a 15 anos</u>	<u>Valor mercado / Contábil</u>	<u>Custo de aquisição atualizado</u>
Títulos para negociação (1)					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	42.075	75.499	-	117.574	90.478
Total	42.075	75.499	-	117.574	90.478

	<u>31/12/2022</u>				
	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>De 5 a 15 anos</u>	<u>Valor mercado / Contábil</u>	<u>Custo de aquisição atualizado</u>
Títulos para negociação (1)					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	54.141	70.808	-	124.949	125.123
Total	54.141	70.808	-	124.949	125.123

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado de títulos de renda fixa	7.576	6.284
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	360	(81)
Total	7.936	6.203

Durante o período o Banco efetuou operações de Hedge, para proteção de variação cambial, que geraram lucro no 1º semestre de 2023 no valor de R\$ 360 (prejuízo de R\$ 81 em 2022).

7 Relações interfinanceiras

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Carteira própria - Livres		
Pagamento e recebimentos a liquidar	1.534	-
Depósitos no Banco Central	48.615	114.216
Correspondentes	13	24
	<u>50.162</u>	<u>114.240</u>

Em 30 de junho de 2023, o Banco possuía Depósitos Voluntários Remunerados no montante de R\$ 48.232, (R\$113.847 em 2022) que gerou um resultado positivo de R\$ 4.153 (R\$ 6 em 2022) (Nota 5.a).

8 Operações de crédito

As operações de crédito são concentradas em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, são classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	30/06/2023		31/12/2022	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de giro	285.867	42,4%	269.806	34,8%
Adiant. a depositantes	13		145	
Conta garantida	2.203	0,3%	1.184	0,2%
Crédito pessoal	57.003	8,4%	64.577	8,4%
Cheque especial	251		124	
Crédito direto ao consumidor	266.639	39,4%	360.097	46,7%
Total de operações de crédito	<u>611.976</u>		<u>695.933</u>	
Circulante	573.266		641.249	
Não Circulante	38.710		54.684	
Devedores por compra de valores e bens	17.759	2,6%	19.713	2,6%
Aquisição de crédito - recebíveis de financiamento imobiliário	9.778	1,4%	14.361	1,9%
Aquisição de crédito - recebíveis outros	37.291	5,5%	41.655	5,4%
Total de operações de crédito e outros créditos com carac. de concessão de crédito. (nota 9)	<u>64.828</u>		<u>75.729</u>	
Circulante	49.231		48.169	
Não Circulante	15.597		27.560	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	<u>676.804</u>	100,0%	<u>771.662</u>	100,0%
Circulante	622.497		689.418	
Não Circulante	54.307		82.244	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(69.796)</u>		<u>(108.129)</u>	
Circulante	(68.772)		(103.797)	
Não Circulante	(1.024)		(4.332)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	<u>(2.517)</u>		<u>(4.962)</u>	
Circulante	(2.517)		(1.918)	
Não Circulante			(3.044)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	<u>(72.313)</u>		<u>(113.091)</u>	
Circulante	(71.289)		(105.715)	
Não Circulante	(1.024)		(7.376)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	<u>604.491</u>		<u>658.571</u>	
Circulante	551.208		583.703	
Não Circulante	53.283		74.868	

b. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	30/06/2023		31/12/2022	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		8.602	-	18.415	-
A	0,5%	377.767	(1.889)	417.917	(4.319)
B	1,0%	122.505	(1.225)	125.408	(1.254)
C	3,0%	54.053	(1.621)	51.825	(1.555)
D	10,0%	34.589	(3.459)	23.980	(2.398)
E	30,0%	12.008	(3.602)	18.218	(5.465)
F	50,0%	8.775	(4.388)	21.517	(10.759)
G	70,0%	7.920	(5.544)	23.471	(16.430)
H	100,0%	50.585	(50.585)	70.911	(70.911)
Totais		676.804	(72.313)	771.662	(113.091)
Circulante		622.497	(71.289)	689.418	(105.715)
Não Circulante		54.307	(1.024)	82.244	(7.376)
Total		676.804	(72.313)	771.662	(113.091)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	113.091	43.596
Constituição - operação de créditos	154.626	318.339
Reversão - operação de créditos	(113.091)	(173.932)
Subtotal - registrado como despesa	41.535	144.407
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(82.313)	(74.912)
Saldo no final	72.313	113.091

d. Carteira por atividade econômica

Atividade econômica	30/06/2023		31/12/2022	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros				
Indústria	27.703	4,1%	46.111	6,0%
Comércio	18.685	2,8%	38.284	5,0%
Serviços	78.033	11,5%	140.272	18,2%
Pessoa física	552.383	81,6%	546.995	70,8%
Totais	676.804	100,0%	771.662	100,0%

e. Carteira por faixa de vencimento

Prazos de vencimento	30/06/2023		31/12/2022	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	84.425	12,5%	113.144	14,6%
A vencer até 30 dias	96.869	14,3%	107.448	13,9%
A vencer de 31 a 60 dias	154.406	22,8%	135.698	17,6%
A vencer de 61 a 90 dias	67.098	9,9%	73.122	9,5%
A vencer de 91 a 180 dias	115.370	17,0%	132.341	17,2%
A vencer de 181 a 360 dias	97.838	14,5%	127.665	16,5%
A vencer após 360 dias	60.798	9,0%	82.244	10,7%
Totais	676.804	100,0%	771.662	100,0%

f. Concentração da carteira

	30/06/2023		31/12/2022	
	Valor	% sobre a Carteira	Valor	% sobre a Carteira
10 maiores devedores	108.698	16,1%	121.624	15,8%
20 maiores devedores seguintes	103.946	15,4%	91.210	11,8%
50 maiores devedores seguintes	97.426	14,4%	90.695	11,8%
100 maiores devedores seguintes	28.650	4,2%	26.435	3,4%
outros	338.084	50,0%	441.698	57,2%
Total	676.804	100,0%	771.662	100,0%

g. Resultado com operações de crédito

(i) Operações de créditos

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de empréstimos	57.638	63.091
Rendas de financiamentos	84.127	106.789
Rendas de financiamentos habitacionais	0	72
Rendas financeiras devedores por compra valores e bens	1.517	2.259
Recuperação de créditos	2.749	3.604
Renda bruta de operações crédito	146.031	175.815
(-) Comissões sobre operações de crédito	(40.892)	(37.199)
Total	105.139	138.616

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de aquisição crédito - Recebíveis de financiamento Imobiliário	518	1.915
Rendas de aquisição crédito - Recebíveis Outros	5.930	3.219
Recuperação de créditos	1.065	619
Total	7.513	5.753

h. Outras informações de operações de crédito

Em 2023, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$ 29.929 (R\$53.074 em dezembro de 2022), com saldo de provisão de R\$3.516 (R\$7.291 em dezembro de 2022) e saldos recuperados de R\$3.815 (R\$11.575 em dezembro 2022).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

9 Outros ativos

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	30/06/2023	31/12/2022
Devedores por depósito em garantia	<u>20.977</u>	<u>20.030</u>
Recursos fiscais	18.097	17.474
Recursos ações cíveis	1.697	1.656
Recursos trabalhistas	1.183	900
Impostos e contribuições a compensar (d)	<u>19.897</u>	<u>13.686</u>
IRPJ	14.545	7.147
CSLL	5.154	4.414
Impostos e contribuições retidos	198	2.125
Devedores diversos - País	<u>12.717</u>	<u>11.924</u>
Baixas operações de créditos a processar	2.175	2.175
Baixas de confissão de dívidas	967	967
Pendência - Imóveis com documentação em trânsito	174	174
Ressarcimentos tarifa cadastro de cliente aos Lojistas (a)	4.842	4.842
Acordos operacionais	3.642	3.642
Outros devedores diversos	917	124
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.236)	(3.172)
Rendas a receber	224	151
Câmbio a receber (b)	302	-
Diversos	639	295
Total	<u>51.520</u>	<u>42.914</u>
Circulante	30.434	9.302
Não circulante	<u>21.086</u>	<u>33.612</u>

a) Vide notas explicativa 18a

b) Vide nota explicativa 18c

c) Rentabilidade negativa renegociada com correspondente bancário

d) No primeiro semestre do exercício, a Companhia retificou suas Escriturações Contábil Fiscal referentes aos exercícios de 2018 e 2019 gerando uma reclassificação de imposto de renda e contribuição social para imposto e contribuições a compensar.

10 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a base temporária é constituída por provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhista sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco, com assessoria de uma consultoria externa e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

	30/06/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas em ativos	41.053	32.842	48.471	38.777
Provisões passivas	7.289	5.831	7.951	6.361
Outras diferenças temporárias	469	375	488	390
Total de diferenças temporárias	48.811	39.048	56.910	45.528
Prejuízo fiscal e base negativa	2.264	3.455	1.905	1.524
Total	51.075	42.503	58.815	47.052
Total do Crédito tributário	93.578		105.867	
Movimentação do crédito tributário:	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo inicial	58.815	47.052	49.056	40.774
Constituição de diferenças temporárias	39.108	31.286	41.673	33.339
Realização de diferenças temporárias	(47.208)	(37.766)	(33.818)	(27.055)
Varição líquida na movimentação das diferenças temporárias	(8.100)	(6.480)	7.855	6.284
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	552	1.966	1.904	1.743
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	(193)	(35)	-	(1.749)
Varição líquida na movimentação do Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSSL	359	1.931	1.904	(6)
Compensação prejuízo fiscal com processo.				
Saldo Final	51.075	42.503	58.815	47.052
Subtotal da variação do crédito tributário:	(12.289)		16.037	
Compensação prejuízo fiscal com processo.	150	-	-	-
Total da variação do crédito tributário:	(12.139)		16.037	

Além da movimentação do crédito tributário, apresentamos a movimentação do passivo diferido:

	30/06/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base impostos e contribuições diferidas	(26)	(26)	(353)	(353)
Ajuste à base de cálculo		(25)	(57)	(92)
Imposto de renda e contribuições diferidas	(7)	-	(74)	(89)
Total da variação do passivo diferido:	(7)		(163)	
Resultado de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	(12.296)		15.874	

Abaixo, demonstramos a expectativa de realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	30/06/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	8.629	4.986	20.415	16.089
2º Ano	7.215	5.772	17.509	14.007
3º Ano	5.175	4.140	6.626	530
4º Ano	9.279	7.423	7.823	6.258
5º Ano	9.611	7.689	4.248	3.642
Acima de 5 anos	11.166	12.494	2.194	6.526
Totais	51.075	42.503	58.815	47.052

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 1,48% a.m., demonstrado no quadro abaixo:

Realização do crédito tributário	30/06/2023		31/012/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	6.765	3.909	16.015	12.621
2º Ano	5.090	4.072	12.458	9.966
3º Ano	3.350	2.680	4.313	3.450
4º Ano	5.523	4.418	4.690	3.752
5º Ano	5.918	4.734	2.641	2.264
Acima de 5 anos	5.620	6.288	1.118	895
Totais	32.266	26.101	41.235	32.948

11 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	30/06/2023	31/12/2022
Outros valores e bens	47.654	47.699
Material em estoque	53	60
Ativos não financeiros mantidos para venda-recebido	47.601	47.639
Outros imóveis (a)	48.335	48.449
Prov. para desval. de ativos não financeiros	(734)	(810)
Despesas antecipadas	9.368	10.861
Serviços de terceiros	1.148	1.376
Comissões pela captação de títulos	272	-
Comissão por intermediação de CDB	7.948	9.485
Total	57.022	58.560
Circulante	3.029	2.025
Não circulante	53.993	56.535

(a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

12 Investimentos

Investimento	Quantidade ações	Saldo participação 30/06/2023	Saldo participação 31/12/2022
Participação em coligada	1.149	1.053	1.054
Outros investimentos	1.369	1.451	1.188
Total	2.518	2.504	2.242

a) Investimentos em coligada

30/06/2023

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.302	260	793	64

31/12/2022

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.149	261	793	54

30/06/2023

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.302	260	793	(1)

31/12/2022

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.149	207	793	54

Em 25 de fevereiro de 2022 o Banco adquiriu participação de 20% do capital social da startup Pag Dividido integralizando o valor de R\$1.000 do capital da investida.

1) Movimentação dos investimentos - coligadas

	Saldo em 31/12/2022	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Custo de aquisição	Ágio	Saldo em 30/06/2023
Investimento em coligada	261	(1)	-	-	260
Ágio baseado em expectativa rentabilidade futura	793			793	793
	<u>1.054</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>793</u>	<u>1.053</u>

b) Outros investimentos

	Saldo em 31/12/2022	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Saldo em 30/06/2023
CERTA - Central de Registro de Tít. e Ativos	1.188	262		-	263

	Saldo em 31/12/2021	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Saldo em 31/12/2022
CERTA - Central de Registro de Tít. e Ativos	551	1.187		637	1.188

13 Imobilizado

	30/06/2023				
Imobilizado de uso	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	109		(8)	-	101
Equipamento de processamento de dados	580	31	(121)	-	490
Equipamento de comunicação e segurança	6			-	6
Outros equipamentos	48	13	(12)	-	49
	<u>743</u>	<u>44</u>	<u>(141)</u>	<u>-</u>	<u>646</u>

	31/12/2022				
Imobilizado de uso	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	125	-	(16)	-	109
Equipamento de processamento de dados	734	120	(250)	(24)	580
Equipamento de comunicação e segurança	7	-	(1)	-	6
Outros equipamentos	63	7	(21)	(1)	48
	<u>929</u>	<u>127</u>	<u>(288)</u>	<u>(25)</u>	<u>743</u>

14 Intangível

	30/06/2023				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	456	-	-	(89)	367

	31/12/2022				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	373	265	-	(182)	456

15 Depósitos

	30/06/2023				31/12/2022
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	22.079	-	-	-	22.079
Depósitos a prazo (i)	-	50.639	98.347	775.796	924.782
Total	22.079	50.639	98.347	775.796	946.861
Circulante					171.065
Não circulante					775.796

- a) Em 2022, os dois maiores clientes, representam 42,50% e 31,70% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no banco para seus clientes, que, substancialmente, estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 83,89% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (79% em 2022), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

Despesas com operações de captações no mercado

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de depósitos a prazo	(64.505)	(56.323)
Despesas de comissão pela captação	(1.763)	(1.501)
Despesas de operações compromissadas	(15)	(19)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(499)	(415)
Despesas de letras de financeiras	(298)	-
Despesas de contribuição ao FGC	(926)	1.526
Despesas de captação	(68.006)	(56.732)

16 Recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2023			31/12/2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras de crédito imobiliário	2.294	3.475	2.777	8.546
Total	2.294	3.475	2.777	8.546
Circulante				5.769
Não circulante				2.777

17 Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

	30/06/2023			31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras financeiras subordinadas	-	-	4.062	4.062	4.060
Total	-	-	4.062	4.062	4.060
Não circulante			4.062		4.060

Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco.

18 Outros passivos financeiros

	30/06/2023	31/12/2022
Cobrança e arrecadação de tributos	424	422
Carteira de câmbio (c)	752	22
Obrigações sociais e estatutárias	51	-
Contribuições fiscais e previdenciárias	<u>1.873</u>	<u>2.717</u>
IRPJ/CSLL s/lucro base corrente	-	30
Impostos e contribuições a recolher	1.645	2.466
Provisão para impostos e contribuição diferidos	228	221
Negociação e intermediação de valores	30	-
Obrigações por devolução de tarifas (a)	6.519	6.981
Cheque administrativo	-	13
Provisão despesas administrativas	<u>22.412</u>	<u>18.791</u>
Provisões p/ despesas de pessoal	2.203	1.717
Provisões p/prestadores de serviços	18.197	928
Comissão Equalização produto CDC-E	2.012	16.146
Provisão para garantias prestadas (b)	117	117
Credores diversos - País	<u>6.187</u>	<u>5.285</u>
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	594	591
Contribuição ao FGC	191	310
Contratos oper de créditos s liberar	1.437	54
Serviços de Correspondentes	1.079	1.256
Fornecedores diversos	940	1.256
Pendências a Regularizar - Crédito Imobiliário	985	1.038
Créditos a baixar de oper de créditos	386	357
Acordos operacionais	-	-
Receitas antecipadas	187	273
Outros credores diversos	-	150
Total	<u>38.365</u>	<u>34.348</u>
Circulante	37.236	29.233
Não circulante	<u>1.129</u>	<u>5.105</u>

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cobrança e arrecadação de tributos	424	422
Carteira de câmbio (c)	752	22
Obrigações sociais e estatutárias	51	-
Contribuições fiscais e previdenciárias	<u>1.873</u>	<u>2.717</u>
IRPJ/CSLL s/lucro base corrente	-	30
Impostos e contribuições a recolher	1.645	2.466
Provisão para impostos e contribuição diferidos	228	221
Negociação e intermediação de valores	30	-
Obrigações por devolução de tarifas (a)	6.519	6.981
Cheque administrativo	-	13
Provisão despesas administrativas	<u>22.412</u>	<u>18.791</u>
Provisões p/ despesas de pessoal	2.203	1.717
Provisões p/prestadores de serviços	18.197	928
Comissão Equalização produto CDC-E	2.012	16.146
Provisão para garantias prestadas (b)	117	117
Credores diversos - País	<u>6.187</u>	<u>5.275</u>
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	594	591
Contribuição ao FGC	191	310
Contratos oper de créditos s liberar	1.437	54
Serviços de Correspondentes	1.079	1.247
Fornecedores diversos	940	1.256
Pendências a Regularizar - Crédito Imobiliário	985	1.038
Créditos a baixar de oper de créditos	386	357
Acordos operacionais	-	-
Receitas antecipadas	309	273
Outros credores diversos	266	149
Total	<u>38.365</u>	<u>34.338</u>
Circulante	37.236	29.233
Não circulante	<u>1.129</u>	<u>5.105</u>

- a) Parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos, normatizado pelo Banco Central por meio Resolução 98 de 06 junho de 2021 e Instrução normativa 123 de 08 de julho de 2021. Dos créditos a devolver aos clientes, do montante de R\$6.519 (R\$6.981 em 2022), o valor de R\$4.842 serão ressarcidos pelos lojistas, estando registrados na nota explicativa 9.
- b) O Banco avaliou a carteira de garantias e avais prestadas, que no período monta R\$5.828 (R\$6.402 em 2022), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$117 (R\$117 em 2022), conforme mencionado na Resolução nº 2.512 de 28 de julho de 2016.
- c) Obrigação a liquidar de câmbio vendido de R\$752 (R\$22 em 2022) e direito sobre venda de câmbio a receber R\$759 (R\$23 em 2022), tendo um adiantamento em moeda nacional recebido de R\$458 (R\$23 em 2022).

19 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.777	4.523
Provisão para riscos cíveis (a)	908	428
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	19.930	22.719
Total	<u>25.615</u>	<u>27.670</u>

a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis. As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2022	900	1.656	2.556	4.523	428	4.951
Adições	283	115	398	325	591	916
Baixas		(74)	(74)	(71)	(111)	(182)
Saldo em 30/06/2023	<u>1.183</u>	<u>1.697</u>	<u>2.880</u>	<u>4.777</u>	<u>908</u>	<u>5.685</u>
				4.697	952	

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2021	962	1.983	2.945	4.918	1.049	5.967
Adições	208	688	896	470	137	607
Baixas	(270)	(1.015)	(1.285)	(865)	(757)	(1.622)
Saldo em 31/12/2022	<u>900</u>	<u>1.656</u>	<u>2.556</u>	<u>4.523</u>	<u>428</u>	<u>4.952</u>

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2022	900	1.656	2.556	4.523	428	4.951
Adições	283	115	398	325	591	916
Baixas		(74)	(74)	(71)	(111)	(182)
Saldo em 30/06/2023	<u>1.183</u>	<u>1.697</u>	<u>2.880</u>	<u>4.777</u>	<u>908</u>	<u>5.685</u>
				4.697	952	

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2021	962	1.983	2.945	4.918	1.049	5.967
Adições	208	688	896	470	137	607
Baixas	(270)	(1.015)	(1.285)	(865)	(758)	(1.623)
Saldo em 31/12/2022	<u>900</u>	<u>1.656</u>	<u>2.556</u>	<u>4.523</u>	<u>428</u>	<u>4.951</u>

b) Provisões fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para PIS (i)	16.718	16.142
Provisão para INSS (ii)	-	3.468
Provisão para imposto de renda (iii)	1.458	1.410
Provisão para contribuição social (iii)	<u>1.754</u>	<u>1.699</u>
	<u>19.930</u>	<u>22.719</u>

- (i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$16.718 (R\$16.142 em 2022), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 9 - Outros ativos financeiros.
- (ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros. Julgado parcialmente procedente o Recurso Voluntário interposto pelo Banco, nos autos do PTA nº 15504.723181/2015-37. A referida decisão cancelou parte do auto de infração lavrado. A parte desfavorável ao Banco um saldo remanescente de R\$285.047,70, previstas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01/2023, foi recolhida a RFB.
- (iii) A principal provisão, tanto para Imposto de Renda, quanto para Contribuição Social, nos valores de R\$1.458 e R\$1.754 (R\$1.410e R\$1.699 em 2022), respectivamente, são referentes ao Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). O restante dos valores, tanto para imposto de renda, quanto para Contribuição Social refere-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

Em 2023, ocorreram adições em depósitos judiciais no valor de R\$622 (R\$1.724, em 2022) e adições na conta de provisões no valor de R\$1.117 (R\$1.456, em 2022)

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, fiscais e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$990 (R\$1.477 em 2022).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$113.068 (R\$112.236 em 2022), representado por 69.182 mil ações ordinárias nominativas e 69.182 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 12 de maio de 2023, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital deliberado em 23 de janeiro e 18 de abril de 2023 pela Assembleia Geral de Acionistas no valor de R\$832 mil (832 mil ações).

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 25% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

d. Reserva de retenção de lucros

No período, a Administração do Banco optou pela amortização do resultado do semestre com a Reserva de Retenção de Lucros, atendendo assim o parágrafo 4º do art.36 do Estatuto Social.

21 Rendas de prestação de serviços

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	924	836
Rendas de garantias prestadas	127	182
Outras receitas de prestação de serviços	6	10
Receitas de prestação de serviços:	<u>1.057</u>	<u>1.028</u>
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	905	249
Receitas de confecção de cadastro - PJ	1.406	1.335
Outras tarifas	46	121
Rendas de tarifas bancárias:	<u>2.357</u>	<u>1.705</u>

22 Despesas com pessoal

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Proventos + Honorários Diretoria	(5.082)	(6.404)
Encargos sociais	(1.838)	(1.955)
Benefícios	(1.339)	(1.446)
Despesas de pessoal:	<u>(8.259)</u>	<u>(9.805)</u>

23 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(5.949)	(6.994)
Despesas de processamento de dados	(16.225)	(14.263)
Despesas de localização e funcionamento	(545)	(1.211)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.850)	(1.924)
Despesas de marketing	(68)	(308)
Despesas de emolumentos judiciais	(806)	(338)
Despesas de serviços do SFN	(1.469)	(1.309)
Despesas de indenizações judiciais	(694)	(551)
Despesas com amortização	(89)	(85)
Despesas com depreciação	(141)	(146)
Demais despesas administrativas	(969)	(916)
Outras despesas administrativas	<u>(29.805)</u>	<u>(28.045)</u>

24 Despesas tributárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
COFINS	(4.957)	(5.942)
PIS	(806)	(966)
ISSQN	(184)	(168)
ITBI/IPTU	(159)	(392)
Outros tributos	(90)	(49)
Despesas tributárias	<u>(6.196)</u>	<u>(7.517)</u>

25 Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	940	550
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	-	634
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	96	178
Reversão de provisões sobre garantias prestadas	-	1
Taxa de permanência no recebimento de créditos	4.275	4.461
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.340	2.694
Recuperação de encargos e despesas	728	156
Variações monetárias ativas	5.713	788
Rendas de acordos operacionais	6.459	1
Rendas de operações de aquisição de recebíveis	45	23
Outras rendas operacionais	2.684	177
Outras receitas operacionais	<u>23.280</u>	<u>9.663</u>

26 Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesa com acordos imobiliários	(725)	(425)
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(4.068)	(1.794)
Varição monetária passiva	(690)	(795)
Disp. atualização impostos e contribuições	(86)	(174)
Provisões para pagamentos a efetuar	(252)	(307)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(350)	(180)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(479)	(83)
Despesa operacional reembolso de tarifas	(37)	0
Outras despesas operacionais	(156)	(2.503)
Outras despesas operacionais	<u>(6.843)</u>	<u>(6.261)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30/06/2023		30/06/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contrib.social	625	625	(26.564)	(26.564)
Adições (exclusões) líquidas:				
Provisões com operações de créditos de liquidação duvidosa	1.811	1.811	53.718	53.718
Provisões p/contingências trabalhistas, ações cíveis e fiscais	(1.404)	(1.404)	(372)	(372)
Demais provisões	(1.349)	(1.349)	(6.036)	(6.036)
Juros sobre capital próprio - pagos	-	-	-	-
Lei do bem 2021	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	250	250	125	125
	(67)	(67)	20.871	20.871
Compensação	-	-	-	(6.261)
Base de cálculo tributável	-	-	20.871	14.610
Alíquota efetiva	-	-	(3.130)	(2.922)
Alíquota adicional	-	-	(2.075)	-
Incentivos fiscais	-	-	80	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(5.125)	(2.922)
Ajuste	5.457	4.346	-	-
Totais de variações dos impostos e contribuições	5.457	4.346	(5.125)	(2.922)

28 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	30/06/2023					
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Instrumento de dívida elegíveis a capital	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração		2	208	183	675	(277)
Outras partes relacionadas (1)	8.438	1.449	13.509	1.308	3.075	(10.773)
Total	8.438	1.451	13.717	1.491	3.750	(11.050)

	31/12/2022					
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Instrumento de dívida elegíveis a capital	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração		1	4.734		674	(2.933)
Outras partes relacionadas (1)	10.582	3.085	15.721	1.136	3.074	(17.780)
Total	10.582	3.086	20.455	1.136	3.748	(20.713)

- 1) As principais despesas referem-se a serviço de cobrança e apoio administrativo, as quais foram equivalentes a R\$11.051 (R\$17.338, em 2022).

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 105% do CDI e prazo máximo de vencimento em 8 de setembro de 2028.

Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$9.117 (R\$10.582 em 2022) com provisão no total de R\$1.277 (R\$ 3.677 em 2022), referem-se ao saldo em 30 de junho de 2023 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota

Explicativa nº 8.

- Depósitos à vista representados por R\$404 (R\$1.842 em 2022) de pessoa física e R\$1.047 (R\$ 1.244 em 2022) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$5.749 (R\$7.212 em 2022) de pessoas físicas e R\$7.968 (R\$13.087 em 2022) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$1.491 (R\$1.136 em 2022).
- Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Letras Financeiras subordinadas composto de R\$ 2.140 (R\$ 2.139 em 2022) de pessoas físicas e R\$ 1.610 (R\$ 1.609 em 2022) de empresas ligadas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

29 Resultado não recorrentes

A Administração entende que toda transação que gere receitas e despesas oriundas de suas atividades operacionais e não operacionais e que são recorrentes no seu dia a dia, bem como, as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultados não recorrentes, no entendimento da Administração, são aqueles atípicos, que fazendo ou não fazendo parte da operação não são comuns nas atividades da organização. O efeito dos resultados não recorrentes, em 30 de junho de 2023, é como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado dos semestres	(1.718)	(14.114)
Resultado não Recorrente (Reembolso de tarifas)	(37)	(2.476)
Resultado Recorrente	(1.681)	(11.638)

30 Gestão de risco e capital

O Banco tem enfatizado ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na condução de seus negócios, o que tem contribuído significativamente para o fortalecimento do mercado financeiro e o aprimoramento das relações com acionistas e demais partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é uma parte essencial e intrínseca das atividades da Instituição, estando alinhado à sua estratégia e modelo de negócio. A adoção de uma gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona estabilidade aos resultados financeiros e contribui diretamente para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento das obrigações por parte da contraparte ou contrapartes conectadas, bem como a desvalorização ou redução dos ganhos esperados em instrumentos financeiros, resultantes da deterioração da qualidade de crédito da contraparte, interveniente ou instrumento mitigador. Também abrange a reestruturação de instrumentos financeiros ou os custos de recuperação de exposições classificadas como ativos problemáticos.

O Banco adota uma gestão cuidadosa do risco de crédito por meio da implementação de políticas específicas para cada segmento em que opera. Essas políticas estabelecem os critérios para aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as restrições e a revisão e aprovação de crédito, entre outros aspectos relevantes.

A fim de preservar a qualidade de sua carteira de crédito, o Banco considera cuidadosamente todos os aspectos relacionados ao processo de concessão de crédito, como concentração, exigência de garantias, prazos e outros fatores relevantes.

b. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Instituição enfrentar dificuldades para cumprir eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, tanto presentes como futuras, incluindo aquelas relacionadas a garantias vinculadas, sem comprometer suas operações diárias ou incorrer em perdas significativas. Além disso, o risco de liquidez também envolve a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho em relação ao volume habitualmente transacionado ou por causa de descontinuidades no mercado.

A gestão do risco de liquidez da Instituição tem como objetivo controlar os diferentes descompasso de prazos de liquidação entre direitos e obrigações, bem como assegurar a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. Isso é feito visando alcançar três metas principais: (i) garantir o pagamento pontual das obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) possibilitar o crescimento sustentável dos ativos sem comprometer a capacidade de honrar os compromissos assumidos; e (iii) avaliar a efetividade da atuação da Instituição em diversos cenários, realizando testes para medir sua capacidade de enfrentar inclusive situações mais adversas.

c. Risco de Mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de a Instituição sofrer perdas decorrentes das variações nos valores de mercado dos instrumentos que detém. Um dos aspectos relacionados ao risco de mercado é o Risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB), que é o risco atual ou potencial do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

A gestão do risco de mercado do Banco envolve uma análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que ela está exposta. Isso inclui avaliar os níveis de exposição e verificar se estão de acordo com as definições internas, buscando o adequado enquadramento e monitoramento do montante em risco.

Para esse propósito, várias áreas possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente para a mensuração e controle do risco de mercado. São definidos parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco, com o objetivo de proteger os ativos e passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, inclusive preservando o capital da Instituição. Adicionalmente, essas ações visam atender às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O modelo atual de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com cenários formados, possibilitando simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Para avaliar o risco de mercado, o Banco Semear utiliza cinco medidas principais: (i) Value at

Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades; e (v) testes de aderência (Backtesting). Essas ferramentas são empregadas em conjunto com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco.

d. Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas da instituição. Essa definição, presente na mesma resolução, inclui também o risco legal relacionado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções decorrentes de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades da Instituição. Contudo, os riscos estratégicos e de reputação são excluídos desse conceito, conforme definido no acordo de Basileia.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é conduzido por meio de políticas, normas e procedimentos que garantem um controle compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

A identificação dos riscos operacionais é um processo abrangente em toda a estrutura do banco, incluindo o acompanhamento das ações para mitigação.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é abordado de duas formas: qualitativa e quantitativa.

Abordagem Qualitativa:

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos realizados em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear

Abordagem Quantitativa:

A abordagem quantitativa envolve o acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem dos incidentes, avalia o risco e os impactos em caso de reincidência, bem como a ocorrência ou não de perda financeira associada a esses eventos.

e. Risco Socio ambiental

O Risco Social, Ambiental e Climática refere-se aos potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco social, ambiental e climática na Instituição é conduzido por uma estrutura de governança que inclui políticas, normas e procedimentos. Essa estrutura tem como objetivo promover o tratamento adequado das questões sociais, ambientais e climáticas, buscando minimizar os riscos e corrigir eventuais deficiências identificadas.

O processo de gerenciamento do risco social, ambiental e climática está em conformidade com a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em conta os princípios de

relevância e proporcionalidade, considerando a complexidade dos produtos financeiros e o perfil das atividades da Instituição. Esses princípios são fundamentais para garantir que as ações adotadas pela Instituição estejam de acordo com o impacto real e potencial de suas atividades na sociedade e no meio ambiente.

f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

Conforme a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o gerenciamento de capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, incluindo a avaliação da necessidade de capital para lidar com os riscos aos quais a Instituição está exposta, o planejamento de metas e a estimativa das necessidades de capital, levando em consideração os objetivos estratégicos da Instituição.

A fim de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as diversas áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles. Todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e implementando controles internos e planos de ação para minimizar riscos e corrigir eventuais deficiências identificadas.

O objetivo do gerenciamento de capital da Instituição é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Nesse contexto, o Banco visa: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador, de acordo com as normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital estejam em conformidade com a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital necessário para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (vi) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vii) tomar decisões oportunas sobre os limites de exposições aceitos.

Entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecidas como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, contendo uma nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o segundo semestre de 2022 com um índice de Basileia de 13.55%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

Detalhamento das Margens de Requerimento Relativamente ao RWA		
	30/06/2023	30/06/2022
Patrimônio de Referência (PR)	111.246	113.957
Patrimônio de Referência Nível I	107.185	113.957
Capital Principal – CP	107.185	113.957
Ativos Ponderados por Risco - RWA	872.933,31	922.880
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada – RWACPAD	769.427,95	860.211
RWA para Risco de Mercado – RWAMPAD	25.403,48	475
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	78.101,88	62.195
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	39.282	41.530
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	52.376	113.957
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	69.835	80.493
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	67.904	72.427
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	54.810	58.584
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	41.412	40.126
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	12,28%	12,35%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,28%	12,35%
Índice de Basileia (PR/RWA)	12,74%	12,35%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas no Pilar III – Circular 3.930 encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br.

g. Análise de Sensibilidade

g.1 Cenários de inadimplência e custo de captação

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Banco (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Banco: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e incremento do custo de captação em 10%
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 35% e de PJ em 30% e incremento do custo de captação em 20%
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 50% e de PJ em 45% e incremento do custo de captação em 30%

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do semestre de 2023 são os seguintes:

Indicador	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa	234.632	233.286	232.472	2.316.524
Resultado	2.153	1.796	1.548	1.296
PL	126.357	123.926	121.968	119.999
Basileia	12,24%	13,46%	13,13%	12,79%

INDICADOR	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa	240.335	234.540	229.948	225.299
Resultado	13.957	10.559	7.900	5.210
PL	133.314	129.916	127.257	124.567
Basileia	13,82%	13,25%	12,81%	12,37%

g.2 Sensibilidade de Risco de Mercado

O Banco Semear acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Valores em milhares de Reais jun/23

Mtm em normalidade	-46.149		
Choques por bases point	Cenário	MtM em Estresse	Delta
-400 bps	Gravíssimo	- 66.174	- 20.025
-300 bps	Grave	- 61.069	- 14.920
-200 bps	Moderado	- 56.020	- 9.871
-100 bps	Leve	- 51.043	- 4.894
-	Normalidade	- 46.149	-
+100 bps	Leve	- 41.348	4.801
+200 bps	Moderado	- 36.647	9.503
+300 bps	Grave	- 32.050	14.099
+400 bps	Gravíssimo	- 27.563	18.586

Fonte: Sistema Basileia e Mercado da Ellin Duxus - Stress - Cenários- stress proprietário

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

- CENÁRIO 1 – Leve: situação de deterioração e de elevação de 100 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;

- CENÁRIO 2 – Moderado: situação de deterioração e de elevação de 200 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 3 – Grave: situação de deterioração e de elevação de 300 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 4 – Gravíssimo: situação de deterioração e de elevação de 400 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

Adicionalmente, a fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), Banco executa testes de sensibilidade em que avalia:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para dez dias.
- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

h. Gerenciamento de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) têm por objetivo avaliar a necessidade do desenvolvimento e implantação do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), identificando procedimentos, riscos e deficiências para proteger as pessoas, reputação, imagem, valores e compromissos do Banco Semear com suas partes relacionadas.

Realizamos o acompanhamento das carteiras e negócios do Banco, minimizando perdas financeiras que podem prejudicar na capacidade de operar e assegurando o nível adequado da estabilidade organizacional. Tais práticas corroboram por garantir a resiliência em um ambiente institucional em constante mudança.

31 Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

b) Resolução CMN nº 4.966

Aprovada em 25/11/2021 a Resolução CMN nº 4.966, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Já em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

O Banco Semear preparou um plano formal, aprovado internamente pelo Conselho de Administração, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Conselho de Administração

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa
Conselheira

Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Arthur Soares Campos
Diretor

Bruna Luisa Capellini Vilela
Diretora

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2
